

## **Imprensa: objeto de pesquisa para a história política**

SIMONE DA SILVA BEZERRIL\*

Ao analisarmos a história da imprensa no Brasil logo percebemos que é impossível dissociarmos o seu desenvolvimento das transformações políticas e sociais ocorridas ao longo do tempo. Essa constatação pode ser melhor percebida nos escritos das historiadoras Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca, que abordam os jornais não apenas como fontes de reconstrução do passado, mas também como agentes ativos no processo de configuração da história do país.

A nação brasileira nasce e cresce com a imprensa. Uma explica a outra. Amadurecem juntas. Os primeiros periódicos iriam assistir a transformação da Colônia em Império e participar intensamente do processo. A imprensa é, a um só tempo, objeto e sujeito da história brasileira (MARTINS; LUCA, 2008: 8).

Essa assertiva nos permite entender que a política está estritamente relacionada com a atuação dos meios de comunicação, já que estes podem ser percebidos como extensões das instituições políticas, devido ser a imprensa considerada um importante meio de legitimação do poder, através de sua capacidade de influenciar e formar opiniões.

De acordo com o teórico Luiz Amaral, o jornalismo desempenha várias funções, entre outras a política, considerada pelo autor como importante instrumento de controle da opinião pública.

São cada vez maiores as relações entre governo e os meios de comunicação coletiva. Convencidos de que a opinião pública pode ser controlada através de uma informação inteligente e bem dirigida, os diversos órgãos governamentais desenvolvem seus serviços informativos, captando simpatias e fornecendo vasto material para repórteres, redatores e editorialistas (AMARAL, 1982: 18)

Vale ressaltar que ao considerar a relevância dos jornais enquanto importantes fontes para a pesquisa histórica e compreendê-los como objetos de estudo da própria história é necessário ficar atento aos discursos produzidos neles e por eles, já que estão

---

\*Graduada em Comunicação Social e em História, ambos pela Universidade Federal da Paraíba. Atualmente é mestranda do Programa de Pós-Graduação da UFPB.

condicionados por fatores diversos, dentre os quais se sobressaem: o político, o econômico e o cultural. Desse modo, a imprensa necessita ser analisada à luz do seu tempo histórico, sendo fundamental para o pesquisador reconhecer as diretrizes que a norteiam.

Apresentaremos, neste artigo, uma reflexão acerca de uma considerável aglutinação existente entre a esfera política e a atuação ideológica do jornalismo. Portanto, iremos nos concentrar em uma abordagem que evidencie o significativo papel que a imprensa desenvolve mediante a configuração dos acontecimentos históricos, pelo fato de dinamizar e intensificar os rumos dos processos sociais na localidade onde se encontra inserida<sup>1</sup>.

A partir da década de 1970 iniciou um processo de renovação e retorno da história política devido a uma interdisciplinaridade que resultou na evidencição de uma nova perspectiva teórico-metodológica. Sobre as causas desse retorno, Vavy Pacheco Borges aponta dois fenômenos. Segundo ela, “dois grandes eixos – bastante imbricados – explicam, portanto, os movimentos da chamada história política: as mudanças sociais, que condicionam a reflexão sobre o político, e os progressos da história como forma de conhecimento, decorrente, sobretudo, da interdisciplinaridade” (BORGES, 1991/2: 18).

Dentre as novas temáticas que vem ganhando destaque no campo da história política, os meios de comunicação, em especial os impressos, podem ser considerados um dos objetos principais de análises desse campo historiográfico. Nesta direção, Borges (1991/2) afirma que no universo das diversas temáticas que envolvem o campo político podem ser destacadas as reflexões sobre a política “pensada como espetáculo, que se dá através da mídia, o qual é acompanhado de novas formas de populismo que surgem também na Europa e nos Estados Unidos” (BORGES, 1991/2: 17-18). Por sua vez, em suas considerações sobre a nova história política, Rémond (2003: 36) observa que “não há hoje muitas realidades da nossa sociedade que a história política não tenha começado a explorar, desde as classes sociais até as crenças religiosas, passando pelos grandes meios de comunicação ou as relações internacionais”.

---

<sup>1</sup>Estas questões foram discutidas no trabalho de conclusão do curso de Comunicação Social, intitulado *Como o jornalismo interfere na história: um estudo sobre a participação do jornal A União na deflagração da Revolução de 1930*, defendido em 2007. Posteriormente, esta temática foi aprofundada na monografia referente ao curso de história - *História e Jornalismo: campos que dialogam, interferências que se afirmam*, defendida em 2009.

Nos dias atuais, com o incremento da tecnologia, a política vem demarcando espaço na internet por meio das redes de relacionamento sociais. Porém, a televisão, o rádio e os impressos continuam sendo importantes suportes utilizados pelos interesses partidários, que visam, porque não dizer, a veiculação de determinadas culturas políticas. Vale ressaltar que um estudo sistemático sobre a formação de opinião pública surgiu nos EUA, logo após a Primeira Guerra mundial, devido se ter verificado uma grande utilização de veículos de massa para a propagação de políticas favoráveis e de iniciativas necessárias ao combate, estimuladas pelos líderes envolvidos no conflito.

Os cidadãos tinham que odiar o inimigo, amar sua pátria, e devotar-se ao máximo ao esforço de guerra. Não se podia depender de que o fizessem por conta própria. Os veículos de comunicação de massa disponíveis então tornaram-se as principais ferramentas para persuadi-los a agir assim. (DEFLEUR; BALL-ROKEACH, 199: 180).

Neste artigo, iremos nos ater a capacidade de influência ideológica exercida pelos jornais, mediante ao fato de que após duzentos anos de imprensa escrita no Brasil, os periódicos ainda continuam sendo indispensáveis instrumentos de propagação de interesses políticos.

Acerca da politização dos jornais, vale ressaltar que os primeiros periódicos portadores de conteúdos marcados por uma forte ideologia política surgiram durante a revolução Francesa, período esse em que os jornais foram vistos como meio eficiente de propagação do esclarecimento, entre a população, sobre as questões políticas que fervilhavam na capital parisiense. Aliás, para o historiador norte-americano Robert Darnton, os meios de comunicações desempenharam um papel fundamental na Revolução Francesa, através da difusão dos ideais revolucionários, contribuindo para a formação de uma opinião pública favorável aos princípios defendidos pelos intelectuais da referente Revolução.

Os sistemas de comunicação têm uma história, ainda que raramente os historiadores a estudem. O poder dos meios de comunicação em moldar fatos e dar-lhes cobertura foi um fator crucial na Revolução Francesa, quando o jornalismo surgiu pela primeira vez como uma força nos negócios de Estado. Os revolucionários sabiam o que estavam fazendo quando carregavam prelos em seus desfiles cívicos, e quando reservavam um dia do calendário revolucionário para comemorar a opinião pública (DARNTON, 1990: 16).

Em consonância com Darnton, Luiz Amaral (1982), além de confirmar que os primeiros jornais de opinião, ou seja, com função política, surgiram durante a Revolução Francesa, reafirma que aqueles periódicos desempenharam significativo papel no referido processo histórico. O autor ainda evidencia que os primeiros jornais surgidos no Brasil são também caracterizados como opinativos.

Também no Brasil os primeiros jornais eram de opinião. Registre-se o *Correio Brasiliense*, de Hypolito José da Costa que embora quase sempre movido por interesses mesquinhos, pregou contra o absolutismo e em favor das liberdades políticas e das instituições civis (AMARAL, 1982: 18).

No entanto, embora o *Gazeta do Rio de Janeiro* seja, oficialmente, reconhecido como o primeiro jornal brasileiro, fundado em 1808, sabe-se que esse mérito deveria ser dado ao *Correio Brasiliense*, fundado três meses antes por Hipólito da Costa. Impresso em Londres, esse jornal fazia oposição à política imperial.

Em relação aos primeiros jornais no Brasil, ainda assegura Luiz Amaral (1982) que estes tiveram uma atuação de destaque em muitos acontecimentos históricos no país, como a abolição da escravatura e a proclamação da república.

Por sua vez, em concordância com Amaral, as historiadoras Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca chamam a atenção, no livro *História da Imprensa no Brasil*, acerca do papel relevante que a imprensa brasileira desempenhou mediante as transformações históricas ocorridas no país, além de evidenciarem, como já citado, os jornais como fontes e representantes dessa história.

Os impressos que por aqui circularam em duzentos anos não só testemunham registram e veiculam nossa história, mas são parte intrínseca da formação do país. Em outras palavras: a história do Brasil e a história da imprensa caminham juntas, se auto-explicam, alimentam-se reciprocamente, integrando-se num imenso painel. Nesse cenário, muitas vezes os personagens são exatamente os mesmos, na imprensa, na política e nas instituições. Em outras palavras, são, no mínimo, bastante próximos, pois intervenções políticas de peso são decididas no interior das redações, estabelecendo e testemunhando avanços e recuos das práticas do governo, da dinâmica do país, da formação do seu povo, do destino da nação (MARTINS; LUCA, 2008: 8).

Assim, podemos aludir para o fato de ter sido a atividade desempenhada por jornalistas ou militantes da imprensa um instrumento de forte influência na

configuração e dinamização da realidade histórica do nosso país. Durante todo o Império, passando pela Primeira República, pelo Estado Novo, até os nossos dias, os impressos tiveram, e continuam tendo, papel relevante na conformação dos acontecimentos sociais e políticos do Brasil.

Durante o Segundo Reinado, política e imprensa se convergiam a serviço dos partidos, liberal ou conservador, os quais estavam “atrelados a grupos familiares, condicionados a seus interesses econômicos e afinidades intelectuais. Em geral, os partidos e respectivas famílias se fazem representar por meio de um jornal, demarcador de suas posições, ambições e lutas” (MARTINS, 2008: 48).

Em relação à imprensa do final do século XIX, intensificou-se sua participação nas questões políticas: houve um forte posicionamento dos prelos em defesa dos ideais republicanos e dos movimentos de libertação dos escravos.

No último quartel do século XIX, através das folhas da Corte e mesmo do interior, o questionamento do sistema – significamente expresso através da imprensa – acirrou-se centrado em três temas recorrentes: as crises entre a igreja e o Estado (a chamada Questão Religiosa), a insatisfação dos militares para com o Império (a chamada Questão Militar), acirrada em 1886 com a discussão pela imprensa entre o coronel Cunha Matos e o ministro da Guerra, e a campanha da Abolição. Todas elas foram habitualmente trabalhadas pela pena dos jornalistas de plantão, contrapondo uma Monarquia que sufocava a uma República que libertava (MARTINS, 2008:73).

A autora Ana Luiza Martins (2008) ressalta, numa perspectiva histórica da imprensa, que a criação do *Partido Republicano*, juntamente com a fundação do Jornal *A República*, demarcaram uma intensa utilização da imprensa em prol da propaganda pela causa republicana. Martins também alude acerca da campanha iniciada pela imprensa em relação ao processo abolicionista. “A cada linha de atuação, emancipacionista ou abolicionista, e a cada sociedade libertadora ou clube abolicionista, ensaiou-se e/ou editou-se um jornal” (MARTINS, 2008: 75).

Por sua vez, para Tania Regina de Luca (2008), o século XIX pode ser caracterizado pela grande atuação de jornais de caráter político, os quais, segundo a historiadora, desempenharam relevante papel na luta pela Independência do Brasil e no movimento pela abolição da escravidão.

Nos primórdios do regime republicano, por exemplo, a imprensa desempenhou campanha hostil a vacinação contra a varíola, movimento este que incutiu na sociedade

um sentimento aguerrido contra a iniciativa de Oswaldo Cruz. Esse acontecimento demonstrou o poder da imprensa de influenciar a opinião pública no início do século XX.

Adentrando o período republicano, ao chegarmos a década de 1930, vislumbramos a atuação de um jornalismo nacional que foi capaz de influenciar em larga escala os rumos dos acontecimentos sociais, através de campanhas, impulsionadas pela imprensa, contrárias a República Oligárquica, atuação esta que culminou no processo histórico denominado Revolução de Trinta. De acordo com Miguel (2002), o papel político desempenhado pelo jornalista Assis Chateaubriand, ao colocar a serviço da Aliança Liberal sua cadeia de jornais, foi de extrema importância para a formação de uma opinião pública favorável à revolução.

O jornalista ajudou a convencer Antônio Carlos, o governador de Minas Gerais, a apoiar Getúlio Vargas. Mais importante, colocou sua cadeia de jornais (e a importante revista O Cruzeiro) a serviço da Aliança Liberal. Teve papel decisivo na dramatização e ampliação do assassinato de João Pessoa, criando o clima de opinião favorável ao movimento revolucionário (MIGUEL, 2002: 122).

Durante o governo revolucionário, as empresas jornalísticas começaram a sentir o domínio de Getúlio Vargas em relação à liberdade de expressão, situação que se agravou com o golpe de Estado e, conseqüentemente, com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), através do qual Vargas conseguiu controlar a atividade jornalística.

Mesmo diante do esforço de reprimir a oposição, inquestionavelmente medida que obteve sucesso, a imprensa se aproveitou da desarmonia do grupo governista, e da conseqüente saída de Lourival Fontes do DIP, para tomar “parte ativa no desgaste que acabou levando à deposição de Getúlio Vargas em 1945” (LUCA, 2008: 173).

Mais tarde, embora alguns setores da imprensa tenham apoiado o golpe militar de 1964, principalmente os *Associados*, de Assis Chateaubriand, e as *organizações Globo*, houve um cerco cada vez mais intenso contra a liberdade de imprensa, sobretudo, depois do AI-5. Mesmo assim, a militância da imprensa alternativa não cessou, durante o regime, até as manifestações pela redemocratização do país, com movimento denominado de “diretas já”.

Nos anos 90, temos o primeiro presidente eleito pelo voto direto, após a ditadura militar. Este sofreu um duro golpe da mídia, que culminou na sua retirada do governo. A campanha jornalística que desencadeou o impeachment do presidente Fernando Collor de Melo, em 1992, foi denominada de Collorgate, em comparação com o caso Watergate<sup>2</sup>. De acordo com Bernardo Kucinski (1998), as publicações das revistas *Veja* e *Isto É* revelando a existência de uma rede de corrupção no governo e das tentativas de seu encobrimento por parte do presidente da República teriam conduzido o país a formar uma opinião contrária ao governo Collor.

Aliás, foram estes dois veículos que iniciaram a corrente anti-collor, os mesmos que contribuíram para a sua vitória durante a campanha eleitoral. Afirma Kucinski que os demais ramos da imprensa foram aderindo o movimento de rejeição ao presidente quando este não tinha mais como explicar as acusações que lhes eram atribuídas. Um dado curioso em relação ao caso Collorgate diz respeito ao fato de que a mesma mídia que antes tinha criado o mito “caçador de marajás”, na tentativa de influenciar a sociedade a votar em Fernando Collor de Melo, mostrando-o como um político de conduta ética, estava agora procurando colocar as pessoas contra este presidente.

Constata Kunciski que as revistas *Veja e Isto É* teriam se inclinado para o lado de oposição ao presidente Collor devido a sua iniciativa no campo político, com o confisco da poupança e a consolidação da inflação, levando milhares de brasileiros, principalmente a classe média, a sofrerem sérios prejuízos. Prossegue o autor afirmando que estas revistas se sentiram no dever de impulsionar um movimento anti-collor, se apropriando dos sentimentos de revolta daqueles que, de certa forma, influenciaram a votar neste político, justamente por ter sido elas as principais responsáveis pelo seu acolhimento entre a classe média, já que eram os membros desta categoria os principais leitores de suas edições.

O jornalismo investigativo desempenhado pela mídia, constantemente denunciando os casos de corrupção, nos quais estava envolvido o citado presidente, levou a instauração de uma CPI de investigação do governo Fernando Collor. Esse processo o conduziu ao impeachment pelo Congresso Nacional. Este é mais um

---

<sup>2</sup>Escândalo ocorrido nos EUA, em 1973, que revelou o envolvimento do então presidente Richard Nixon em práticas irregulares de espionagem durante sua campanha eleitoral. As denúncias foram feitas por intermédio da imprensa, e culminou na renúncia do presidente.

exemplo de como a imprensa tem um significativo papel no desencadeamento de fatos sociais e políticos, propiciando, neste caso, a destituição de um presidente da república.

Recentemente, durante o governo Lula, as denúncias de corrupção, proferidas pela imprensa, envolvendo ministros de Estado culminou na instalação de CPIs, pelo Congresso Nacional, e na renúncia de Antonio Palocci e José Dirceu, respectivamente, ministros da Fazenda e da Casa Civil.

Podemos concluir que, quase sempre, são os interesses da classe média que conduzem a ação dos veículos de comunicação, já que seus proprietários são os mais empenhados em contribuir para a consolidação de uma ordem política e social compatível aos seus negócios. Além disso, em época de crise vendem-se muitos jornais, e a audiência dos telejornais atingem grandes números.

Logicamente, os agentes sociais e, conseqüentemente, os agentes históricos são os próprios homens, os quais não vivem de forma isolada, mas envoltos de uma rede de relações que impulsionam suas ações. É justamente neste universo que a imprensa desenvolve o papel de tentar fazer com que os homens pensem sobre aquilo que é veiculado.

Essa constatação pode ser verificada pelo fato de a maioria das pessoas apenas acreditar que uma ocorrência realmente aconteceu ou mesmo tem relevância se for relatado pela imprensa. Também é notório que grande parte dos assuntos só faz parte do repertório discursivo dos indivíduos enquanto são noticiados. Quando a imprensa deixa de notificar o desdobramento de um certo caso este é excluído dos círculos de socialização.

Mas, como o jornalismo faz para tentar influenciar a opinião das pessoas? A imprensa é detentora de dispositivos e estratégias lingüísticas que apresentam uma funcionalidade na produção das informações. É sabido que a notícia começa na composição da pauta, portanto o relato já é preestabelecido *a priori*, ou seja, anteriormente direcionado.

Aliás, “a pauta não é apenas um elenco de temas ou assuntos a serem observados pelos jornalistas, mas uma indicação dos ângulos através dos quais os acontecimentos devem ser observados e relatados” (MELO,1985: 61). O autor José Marques de Melo ainda alerta para a cobertura e as fontes como principais mecanismos de intervenção no processo de seleção do que será notícia e de que maneira deverá ser constituída.

Outra evidência, em relação à parcialidade no jornalismo, diz respeito ao processo seletivo do jornal ao escolher dentre inúmeros acontecimentos aqueles que deverão ser veiculados. Além disso, outro aspecto relevante refere-se ao seu caráter claramente argumentador, expresso pelos gêneros opinativos, principalmente pelos editoriais. Porém, vale destacar que não são apenas as peças jornalísticas de opinião que demarcam a dimensão ideológica dos jornais, mas todas as suas editoriais, pois, embora apresentem um caráter disfarçadamente objetivo, não dispõem desta característica por serem produtos de um processo anteriormente pensado e organizado.

A seleção da informação a ser divulgada através dos veículos jornalísticos é o principal instrumento de que dispõe a instituição (empresa) para expressar a sua opinião. É através da seleção que se aplica na prática a linha editorial. A seleção significa, portanto, a ótica através da qual a empresa jornalística vê o mundo. Essa visão decorre do que se decide publicar em cada edição privilegiando certos assuntos, destacando determinados personagens, obscurecendo alguns e ainda omitindo diversos (MELO, 1985: 59).

É através dos editoriais, principalmente, que a imprensa emite sua opinião, se posicionando ideologicamente acerca dos acontecimentos. Aliás, no Brasil, a tarefa de editor ficou durante muito tempo ao encargo dos próprios donos dos jornais, que procuravam influenciar as pessoas a incorporarem suas idéias. Segundo Luíz Beltrão, “o jornal é um catalisador de opiniões, um agente da consciência pública” (1980: 52).

O editorial tem a tarefa não apenas de opinar sobre determinado fato, mas também de esclarecer o que está se processando na sociedade. É neste aspecto que o editor, em nome da instituição na qual está vinculado, age na confecção da informação, sempre favorável aos interesses do jornal para o qual trabalha. Desse modo, o simples ato de explicar um dado acontecimento já se encontra angulado e determinado ideologicamente, visando influenciar, em certa medida, as decisões e os comportamentos das pessoas, uma vez que atua no imaginário social.

A imprensa assume um papel de importância histórica, pois o processo pelo qual passa a construção da notícia não se encontra isento de fatores de ordem política e econômica. “A redação do editorial e dos comentários menores está subordinada, quanto à forma, ao estilo jornalístico. e, quanto ao conteúdo, opinião e julgamento, a princípios políticos, econômicos e morais” (AMARAL, 1982: 7-78).

Seguindo as proposições do historiador inglês Edward Hallet Carr (1985), o fato histórico pode ser compreendido como uma matéria-prima comum a todos os historiadores, que podem interpretá-lo de várias maneiras, dependendo da sua posição social e temporal. Assim, pode-se afirmar que o jornalismo, enquanto porta-voz da sociedade ou como instrumento de mobilização e manipulação social, encontra-se presente nesta matéria-prima, cabendo, desse modo, aos historiadores, decodificarem a importância de sua significação política e atuação ideológica na verificação dos processos históricos.

Portanto, os jornais além de serem enquadrados como fontes de pesquisa histórica, por representarem os padrões culturais de seu tempo, também podem ser compreendidos como agentes construtores da história, devido à ativa atuação política que exerce o gênero opinativo do jornalismo, através da defesa de idéias que agem no imaginário social.

Enfim, diante de tantas teorias e muitas contradições acerca da influência que a mídia jornalística dispõe, fica difícil precisar realmente a dimensão do poder que a imprensa pode exercer sobre a sociedade. Porém, pode-se assegurar que o jornalismo funciona como um agente ativo diante dos acontecimentos, seja pelo fato de ser ele o selecionador, diante de tantas ocorrências, daquilo que deve ser evidenciado, ou seja, pelo tipo de abordagem que oferece a um dado episódio.

Assim, o jornalismo tem uma participação na configuração histórica de sua contextualização, pois tanto pode agir de forma a procurar legitimar uma certa estrutura política, como de contribuir para mudar uma situação vigente.

Por isso, mídia e política são duas esferas que mantêm uma relação intrínseca, uma vez que aquela dispõe de ferramentas persuasivas capazes de tanto construir como destruir a imagem de um político.

Portanto, os meios de comunicação, além de serem espaço de representação social, podem ser manuseados como instrumentos de poder político, seja para legitimar ou derrubar uma figura política. Nesta inclinação, seguindo os estudos de Angela de Castro Gomes (2007), o governo Vargas, por exemplo, muito se utilizou da mídia para legitimar seu poder, a partir do desenvolvimento de uma política cultural que visava a consolidação de uma cultura política, tendo por base a legitimação de uma cultura histórica. Além disso, ainda lançou mão do dispositivo da censura para reprimir seus

opositores, assim como fizeram os militares após Golpe de 1964. Aliás, essa é uma tendência de muitos políticos, que criam jornais ou financiam empresas de comunicação na tentativa de se consolidar e propagar uma boa imagem a respeito de sua atuação política partidária.

Portanto, imprensa e política se intercalam de diversas maneiras. E, independentemente de suas conjugações, essa convergência, às vezes nítida outras vezes camuflada, acaba dinamizando o desenrolar dos acontecimentos sociais e políticos, culminando, conseqüentemente, na configuração dos rumos históricos tomados pela sociedade e na conformação da identidade cultural de um povo. No que diz respeito à temática política, os impressos se destacam e ganham dinamismo devido serem os jornais um suporte que mantém uma ligação direta com os setores representativos, ao registrar e traduzir, diariamente, os acontecimentos e as mudanças ocorridas no cenário político. “As renovações no estudo da História política, por sua vez, não poderiam dispensar a imprensa, que cotidianamente registra cada lance dos embates na arena do poder” (LUCA, 2005: 128).

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, Luiz. *Jornalismo matéria de primeira página*. 3 ed. Rio de Janeiro – Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1982.
- BELTRÃO, Luiz. *Jornalismo Opinativo*. Porto Alegre: Sulina, 1980.
- BORGES, Vavy Pacheco: História e Política: laços permanentes. In: *Revista brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol12, nº 23/24, 1991/2: 7-18.
- CARR, Eduard Hallet. *Que é história?* 4 ed. São Paulo: Terra e Paz, 1985.
- DARNTON, Robert. *O beijo de lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- DEFLEUR, Melvin; BALL-ROKEACH, Sandra. *Teorias da Comunicação de Massa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- GOMES, Angela de Castro. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In.: *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (Orgs.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007: 45-63.

KUCINSKI, Bernardo. *A síndrome da antena parabólica: ética, no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

LUCA, Tania Regina. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luíza; LUCA, Tania Regina. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, 149-175.

\_\_\_\_\_. História dos, nos e por meio dos periódicos. IN: PINSKY, Carla (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

MARTINS, Ana Luíza; LUCA, Tania Regina. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

MELO, José Marques. *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1985.

MIGUEL, Luiz Felipe. *Política e mídia no Brasil*. Brasília: Plano, 2002.

REMOND, René. Uma história presente. In: RMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, 13-36.